



GÊNERO, RAÇA E SUAS INTERSECCIONALIDADES NA ACADEMIA: O QUE ESTÁ SENDO PRODUZIDO SOBRE A MULHER NEGRA?

GÉNERO, RAZA Y SUS INTERSECCIONALIDADES EN LA ACADEMIA: ¿QUÉ SE ESTÁ PRODUCIENDO SOBRE LAS MUJERES NEGRAS?

Tales Gandi Veloso de Andrade¹
Virgínia Marinely Almeida e Pessoa²
Viviane Santos Miranda³
Romilda Sergia de Oliveira⁴

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a produção científica *stricto sensu* sobre a mulher negra no Brasil, analisando, especialmente, a relação interseccional que permeia a existência dessas agentes: seu enfrentamento às questões de gênero, raça e classe. Buscou-se identificar como a temática é abordada nas instituições de ensino superior e as características associadas a sua produção: quais aspectos estão sendo discutidos acerca das mulheres negras, onde está sendo feita essa discussão e de que maneira. A pesquisa se desenvolve através uma amostra de 2.723 trabalhos de pós-graduação, coletados a partir de quatro indicadores: mulher negra, racismo, racismo estrutural e decolonialidade. O período analisado decorre do espaço de cinco anos, de 2017 a 2021. A partir dos dados e das análises desenvolvidas, foi possível observar que os estados que mais produzem acerca das categorias são Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; dentre as universidades, a UFBA, o CEFET-RJ, a USP e a UFMG ganham destaque. A análise de conteúdo demonstrou que a maior parte das produções compartilhava de um caráter qualitativo e abordavam, usualmente, categorias como raça, gênero, violência, educação e saúde. Além disso, identificou-se que certos fenômenos identitários, ligados, especialmente, à identidade dos pesquisadores, podem exercer influência nas investigações científicas produzidas por eles. Por fim, concluiu-se que as pesquisas sobre as mulheres negras, apesar de representarem 41% dos trabalhos analisados, dependem de uma longa caminhada para atingirem a visibilidade necessária, começando pelo ingresso e permanência dessas mulheres no ambiente universitário.

¹ Graduando do 7º período de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), pesquisador junto ao Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) e bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). ORCID: 0000-0001-7173-1001. E-mail: ta.talesveloso28@gmail.com

² Analista de Sistemas. Bacharel em Sistemas de Informação pela Faculdade Santo Agostinho. Graduanda do 5º período de Ciências Sociais pela Unimontes. Membro do grupo de estudos NEFE. ORCID: 0000-0002-2484-9530. E-mail: virginiamarinely@gmail.com

³ Advogada. Bacharel em Direito pela Unimontes. Graduanda do 7º período de Ciências sociais pela Unimontes. Membro do grupo de estudos NEFE. ORCID: 0000-0002-1761-5269. E-mail: vivianesmiranda82272@gmail.com

⁴ Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; Docente do Departamento de Política e Ciências Sociais da Unimontes, Coordenadora do NEFE. ORCID: 0000-0003-2136-2417 E-mail: romilda.oliveira@unimontes.br

Artigo submetido em: 16 de junho de 2023.

Artigo aceito em: 06 de novembro de 2023.

p. 178-204. DOI: <https://doi.org/10.46551/rss202410>

Palavras-chave: Decolonialidade. Mulher Negra. Produção Científica. Racismo Estrutural.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la producción científica en sentido estricto sobre las mujeres negras en Brasil, analizando, especialmente, la relación interseccional que permea la existencia de estos agentes: su confrontación con cuestiones de raza, clase y género. Se buscó identificar cómo se aborda el tema en las instituciones de educación superior y las características asociadas a esta producción: qué aspectos se discuten sobre las mujeres negras, dónde se realiza esta discusión y de qué manera. La investigación se desarrolla a través de una muestra de 2.723 trabajos de posgrado, recogidos a partir de cuatro indicadores: mujeres negras, racismo, racismo estructural y descolonización. El período analizado abarca cinco años, de 2017 a 2021. A partir de los datos y análisis desarrollados, fue posible observar que los estados que más produjeron sobre las categorías fueron Río de Janeiro, São Paulo y Bahía; entre las universidades se destacan UFBA, CEFET-RJ, USP y UFMG. El análisis de contenido demostró que la mayoría de las producciones compartían un carácter cualitativo y generalmente abordaban categorías como raza, género, violencia, educación y salud. Además, se identificó que ciertos fenómenos "identitarios", vinculados especialmente a la identidad de los investigadores, pueden influir en las investigaciones científicas producidas por ellos. Finalmente, se concluyó que las investigaciones sobre mujeres negras, a pesar de representar el 41% de los trabajos analizados, dependen de un largo recorrido para lograr la visibilidad necesaria, comenzando por el ingreso y permanencia de estas mujeres en el ámbito universitario.

Palabras clave: Decolonialidad. Mujer negra. Producción Científica. Racismo estructural.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge como parte do projeto "Racismo Estrutural no Brasil: enfrentamento e protagonismo da mulher negra"⁵, coordenado pelo Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). O compromisso da pesquisa foi compreender o racismo estrutural no Brasil, destacando sua estreita relação com o gênero e a classe, tendo em vista a condição das mulheres negras, que são vítimas, ao mesmo tempo, de racismo, sexismo e misoginia, apresentando um dos piores indicadores socioeconômicos do país. Assim sendo, este estudo se propõe a analisar o lugar social das mulheres negras mediante o fator da *interseccionalidade*. O objetivo principal desta pesquisa é compreender o que está sendo produzido pela academia, em especial pela pós-graduação *stricto sensu*, sobre essas agentes tão singulares: qual o local que a mulher negra ocupa nesses estudos e pesquisas científicas? Quais aspectos sobre elas estão sendo discutidos? Onde está sendo feita essa discussão e de que maneira?

⁵ Projeto institucionalizado através da Universidade Estadual de Montes Claros por meio da Resolução CEPEX/UNIMONTES Nº. 083, de 16 de setembro de 2020.

Na busca por respostas para tais questionamentos, esta pesquisa mostra sua relevância, uma vez que se percebe, dentro da academia, a prevalência de um pensamento ocidental, branco e patriarcal, com fortes resquícios coloniais; por outro lado, faltam referências negras, femininas, decoloniais e de tantos grupos excluídos em termos não só de sua presença, bem como de seus conhecimentos e de suas epistemologias.

Este trabalho consiste em uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, com coleta de dados secundários, seguida de uma revisão sistemática de literatura. Para Minayo e Sanches (1993), os estudos de natureza quantitativa buscam lidar com grandes aglomerados de dados estatísticos, visando, essencialmente, a objetividade; em contrapartida, os estudos de natureza qualitativa partem de grupos bem delimitados e tendem a buscar a subjetividade, se aprofundando na complexidade dos fenômenos. Ainda na percepção dos autores, as duas metodologias não se opõem, podendo, pelo contrário, se complementarem. Ao se desenvolver uma pesquisa de natureza quali-quantitativa é possível se ter uma percepção integral sobre um fenômeno; uma visão, ao mesmo tempo, abrangente e detalhada.

Os dados foram levantados a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Reuniram-se teses e dissertações dos programas de pós-graduação brasileiros defendidas no intervalo de cinco anos, de 2017 a 2021. A seleção dos trabalhos iniciou-se em fevereiro de 2022 e foi finalizada em julho do mesmo ano. Para a coleta, foram selecionadas quatro categorias de análise: Racismo, Racismo Estrutural, Mulher Negra e Decolonialidade, que serviram como indicadores da pesquisa. Foi identificado, na plataforma da Capes, um montante de 12.726 trabalhos; contudo, durante a coleta, notaram-se algumas instabilidades⁶ no *site*, já que grande parte dos trabalhos não foram encontrados e muitos não correspondiam aos indicadores buscados. Devido a isso, não foi possível acessar todos os trabalhos da plataforma, de modo que se finalizou a coleta com um total de 2.723 teses e dissertações, inerentes aos programas de pós-graduação de todo o Brasil, incluindo as mais variadas áreas de conhecimento. Nesse sentido, a proposta inicial, de caráter censitário, deu lugar a uma pesquisa por amostragem. Na visão de Babbie (2003), a amostragem se desenvolve através da seleção de uma *amostra* confiável, uma parte, em detrimento do todo (censo), objetivando rapidez e redução de custos.

⁶ Durante o período de coleta, identificou-se que o site da CAPES apresentou algumas instabilidades: páginas fora do ar, trabalhos que não correspondiam e pesquisas não associadas aos termos selecionados.

Portanto, a amostra de 2.723 pesquisas corresponde a 21,4% de toda a produção. Para fins de cálculos estatísticos, a amostragem foi configurada para contar com uma confiança de 98% e com uma margem de erro amostral de 2%, para mais ou para menos. O método utilizado foi a amostragem do tipo *probabilística*, ou seja, a seleção aleatória dos trabalhos.

Mediante o levantamento dos dados secundários, utilizou-se do software *Voyant data tools* (2023) para a análise textual, objetivando uma investigação minuciosa do conteúdo. Por conseguinte, as estatísticas foram analisadas à luz de conceitos-chave para a discussão proposta, como *interseccionalidade*, *lugar de fala* e *escrivivência*. Conceitos que nascem da reflexão de autoras que debatem o feminismo, em especial o feminismo negro, como Angela Davis (2016), Bell Hooks (2013)⁷, Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro (2017).

Para fins estruturais, o artigo expõe os resultados da pesquisa da seguinte forma: *a priori*, discute-se a importância das universidades na produção científica no país, tal como o movimento crescente de descolonização epistemológica percebido nesses ambientes. Em seguida, busca-se a compreensão do fenômeno da *interseccionalidade* que, de certa forma, atravessa os estudos e a própria realidade da mulher negra. Por fim, apresentam-se os dados e as estatísticas levantados, contrastando-os com as discussões teóricas de autoras que debatem as relações de dominação e poder que envolvem o gênero, a raça e a classe.

DECOLONIZANDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR

As instituições de ensino superior (IES) do Brasil, incluindo faculdades, universidades e institutos, cumprem um papel essencial no que diz respeito à qualificação profissional e à produção de ciência, bem como a atenção às demandas da sociedade, isso porque as IES brasileiras têm como princípio básico a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. No tocante à pesquisa, partem dela inúmeras inovações científicas no campo da ciência e tecnologia, da biomedicina, dos estudos e das estatísticas sociais, dentre tantas outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, é fundamental compreender o papel que as IES desempenham na sustentação da pesquisa no Brasil; por outro lado, é importante salientar o

⁷ O nome bell hooks é grafado em letra minúscula devido a uma postura da própria autora, Gloria Jean Watkins, que criou o pseudônimo em homenagem à sua avó. Ela emprega-o, assim, como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas da academia.

movimento de *descolonização* que a academia vem sofrendo nos últimos anos, tendo em vista as políticas de inclusão de pessoas e epistemologias antes rejeitadas nesse ambiente.

De acordo com o Censo da Educação Superior, de 2019, o Brasil contava com um total de 2.608 IES. Dessas, 2.306 (88,42%) eram privadas, e apenas 302 (11,58%) públicas (BRASIL, 2020). Tais IES, por sua vez, desempenham um papel primordial no que se refere a pesquisas e à produção de conhecimento no país, como pontua a *Clarivate Analytics* (2019, p. 3), em um relatório preparado para a CAPES, no qual realiza uma avaliação da produção de ciência no país entre os anos de 2013 a 2018, apontando um notável desempenho da pesquisa brasileira no cenário global:

O Brasil ocupa a 13ª posição no mundo em termos de produção de artigos e revisões de pesquisa indexados na *Web of Science*. Somente em 2018, pesquisadores brasileiros publicaram mais de 50.000 artigos. O crescimento da produção é de 30% nesse período de seis anos observado e é o dobro da média global.

Além disso, o relatório aponta que a pós-graduação exerce uma grande importância no que se refere à produção do conhecimento científico no Brasil e identifica as IES públicas – no âmbito federal, estadual e municipal – como as grandes responsáveis pela produção de ciência de maneira geral no país (CLARIVATE ANALYTICS, 2019). Diante disso, é possível afirmar que a pesquisa brasileira desempenha um papel relevante no cenário mundial; ademais, ela vem se expandindo em uma média acima do observado em outros países.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) declara que é por meio da garantia de uma educação pública, igualitária e de qualidade que o país corrobora para a melhoria da realidade social de sua população. Nesse sentido, a CF de 1988 assevera que a educação tem como dever formar cidadãos e qualificar profissionais; assim, o Estado deve garantir, dentre outras coisas, um ensino público, gratuito e igualitário, inclusive zelar pela permanência dos estudantes. Dessa forma, as IES do Brasil, em especial as universidades públicas, devem se orientar pela garantia do acesso universal e plural à educação, a fim de realizar aquilo que a Carta Magna preconiza em seus parágrafos (BRASIL, 2020).

Na perspectiva da luta por um acesso mais democrático ao ensino superior, que agregue a coexistência de diversos sujeitos e saberes, tem-se a conquista da Lei 12.711/2012, mais conhecida como “Lei de Cotas”, que se tornou um marco para minimizar as desigualdades de grupos historicamente excluídos do ambiente acadêmico, como são a realidade de pessoas de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (PCDs). Essa Lei

possibilitou o ingresso, nas universidades, de corpos outrora marginalizados ao ensino superior, contribuindo para uma tentativa de reparação de desigualdades sociais históricas, mas também para uma *descolonização* da academia, uma vez que esses grupos trouxeram, consigo, novas epistemologias e visões de mundo que tencionam o modelo teórico branco e ocidental prevalente na academia.

Apesar dos reconhecidos avanços trazidos pelas políticas afirmativas, nota-se, no ambiente acadêmico, a prevalência de desigualdades, especialmente no que tange à permanência dos cotistas nas universidades, como é o caso das pessoas de baixa renda e da população negra. Em 2018, enquanto 78,8% dos jovens brancos de 18 a 24 anos estavam no ensino superior ou já tinha o concluído, apenas 55,6% dos jovens negros alcançaram esse *status* (BRASIL, 2018). Um dos fatores que explicam essa realidade é a maior proporção de jovens negros que precisam abdicar dos estudos para trabalhar ou procurar emprego.

Outra desvantagem observada no ambiente acadêmico é a desigualdade de gênero, uma vez que as mulheres se encontram submetidas a papéis sexistas de gênero que as condicionam ao papel de cuidadoras, desacreditando a sua potência intelectual, além de relegá-las, no mercado de trabalho, a uma remuneração inferior frente aos homens.

Na intersecção desses fatores, condicionadas a uma situação de maior vulnerabilidade, tem-se que as mulheres negras, uma vez que são alvejadas em pelo menos três frentes: carregam o fardo da raça associado às opressões de gênero e a disparidade de classe social. Esses condicionantes, portanto, impõem um peso maior sobre seus ombros e suas trajetórias, contribuindo para a sua subjugação, pois são elas que enfrentam os piores empregos, os menores salários e uma maior dificuldade no acesso à educação superior.

Portanto, para compreender a produção científica sobre a mulher negra, eixo central deste estudo, é preciso, antes de tudo, identificar quem são essas agentes tão singulares. Nesse sentido, o estudo da *interseccionalidade* é de fundamental importância para se perceber as nuances que envolvem o *locus* social da mulher negra, bem como o seu enfrentamento ao estigma e à violência.

A MULHER NEGRA E SUA INTERSECCIONALIDADE

Antes de debater a produção de ciência sobre as mulheres negras, é necessário compreender o *locus* social compartilhado por essas agentes: o seu enfrentamento ao racismo, à colonialidade, às opressões de gênero e de classe, interpostas através do fenômeno da *interseccionalidade*. Segundo Karla Akotirene (2019), a interseccionalidade brotou da crítica do feminismo negro, que procurou se atentar para as opressões formadas pelas “encruzilhadas” de marcadores identitários, como gênero, sexualidade, raça, cor, regionalidade e classe social; nas palavras da autora, um “sistema de opressão interligado”.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1989) já assinalava, ao desenvolver o conceito de gênero como uma categoria útil de análise, que qualquer investigação de cunho histórico, que se preze consistente, deveria incluir, ao menos, três categorias fundamentais, quais sejam o gênero, a classe e a raça: “[...] o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1989, p. 29). Então, para compreender o lugar social da mulher negra, faz-se necessário discorrer, cuidadosamente, sobre esses três fatores ou, como pontua a autora, as três *categorias de análise*.

O entendimento sobre as relações desiguais entre homens e mulheres exige, primeiramente, a compreensão de uma ideologia que incorre na defesa da existência de bases biológicas, a distinção entre *masculino* e *feminino*, isso porque o sexo é um fator que influencia fortemente na separação de funções dentro da sociedade. Contudo, observa-se que somente os fatores biológicos não conseguem explicar toda a complexidade dessa relação, o que traz à tona o debate sobre as questões de *gênero*. Joan Scott (1989) identificou que o gênero é uma maneira primária de dar significados às relações de *poder* baseadas na diferença sexual. Nesse sentido, a autora compreende que as relações de poder e dominação podem ser identificadas no campo social, econômico, cultural, político e simbólico.

Observando as relações de poder do homem sobre a mulher, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012) cunha o termo “dominação masculina”. Tal dominação é expressa na divisão de lugares na sociedade: ao homem são garantidos os cargos de reconhecimento e de voz ativa, pertencentes ao espaço público, ao passo que se tem relegado à mulher o lugar da passividade, do cuidado e da obediência, associado, normalmente, ao ambiente doméstico. Isso conduz ao fenômeno da *divisão sexual do trabalho*, que cria uma forte disparidade econômica entre homens e mulheres, uma vez que os postos de poder, com maior remuneração, são

predominantemente masculinos, enquanto os trabalhos domésticos e do âmbito do cuidado, na maioria das vezes, mal remunerados, são, usualmente, relegados às mulheres. Essa realidade leva à percepção de uma divisão de classe social, prestígio e de poder baseada no *gênero*.

A intersecção da classe com o gênero pode ser percebida quando se identifica que as mulheres, historicamente, sofrem de desvantagens socioeconômicas frente aos homens. Nesse sentido, o filósofo alemão Friedrich Engels (2017), ao investigar a origem da família, da propriedade privada e do Estado, percebe que a primeira *luta de classes* da história da humanidade, anterior a qualquer outra, se deu pela oposição entre o homem e a mulher. Desse conflito, o homem saiu vitorioso, destituiu todo o poder de decisão da mulher, enclausurou-a no ambiente doméstico e exigiu a sua monogamia. Dessa relação surgiu o modelo de *família patriarcal*, modelo prevalente na história das sociedades europeias.

Em síntese, pode-se afirmar que a dominação masculina, baseada nos papéis de gênero, constrói uma hierarquia ideológica e dialética entre homens e mulheres: o lugar da autoridade e da obediência, a condição da fala e da escuta. Essas relações de poder, por sua vez, são refletidas no campo material, na disparidade econômica entre homens e mulheres.

Em outra perspectiva, para a compreensão da secção de raça, faz-se necessário a investigação de categorias como *racismo estrutural* e *decolonialidade*. Nesse sentido, Silvio Almeida (2020, p. 32), define racismo como: “[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”. Ainda na visão de Almeida (2020), o racismo é sempre *estrutural*, ou seja, o autor defende que a sociedade é racista em sua estrutura; nesse sentido, todos os indivíduos e instituições inerentes à sociedade também reproduzem comportamentos racistas. Isso porque o racismo está impregnado, é a regra e não a exceção. Por outro lado, apesar de ser naturalizado no cotidiano, não quer dizer que o racismo seja um comportamento natural.

Nesse sentido, filósofo antilhano Frantz Fanon (2008), um dos autores de referência na discussão da decolonialidade, afirma que, por muito tempo, acreditou-se verdadeiramente que houvesse uma superioridade evolutiva de uma raça em detrimento de outra. Contudo, para Fanon, a ideia de uma “raça superior” não passa de uma construção fundada nas relações humanas, não envolvendo, portanto, nenhum aspecto biológico ou evolutivo. Para o autor, o

racismo, contrariamente, toma a forma de uma *doença social*, tendo como causalidade principal o etnocentrismo e as relações *colonialistas*, marcadas pela submissão de certos povos.

Na percepção de Fanon (2008), assim como o antissemitismo cria o judeu, o racismo cria o negro, pois, para haver "negro" é preciso que haja, primeiramente, a racialização do que é humano. Entretanto, para o autor, somente a classificação dos indivíduos em raças não dá conta de criar a discriminação. Para que isso ocorra, foi necessária a estruturação de *relações de poder* e a imposição de uma ideologia racista, que nada mais é que fazer com que o colonizado creia que sua "raça" é inferior e menos "humana". É possível se identificar a latência dessa realidade quando se observa os regimes de segregação racial espalhados pelo mundo, particularmente nos Estados Unidos e na África do Sul, isso, em pleno século XX.

Na confluência desses fatores, ou seja, no encontro interseccional da raça, da classe e do gênero, tem-se a realidade das mulheres negras. São elas que mais sofrem violências relacionadas ao gênero (é imposto a elas os cuidados da casa, dos filhos e o dever de submissão ao patriarca), à raça (sofrem discriminação por sua pele, seu cabelo e pelos seus traços fenotípicos) e à classe (são mal remuneradas e ocupam os piores empregos). Por isso, bell hooks (2013), teórica feminista norte-americana, afirma que a mulher negra, no tempo do *apartheid* estadunidense, tinha como futuro apenas três opções de carreira: se casar, se tornar empregada doméstica ou ser professora.

Por essa e outras razões, houve, por parte das mulheres negras, a rejeição do feminismo branco, que, até então, não se preocupava com as questões raciais e, no mesmo sentido, a objeção ao movimento negro, no qual, dificilmente, se discutia a seara dos papéis de gênero. Por isso, surgiu a necessidade de uma corrente de pensamento que pudesse acolher a mulher negra mediante sua singularidade. É assim que nasce o *feminismo negro*, um movimento que tem como ponto chave o estudo das *seccionalidades* que as mulheres negras trazem em seus corpos e suas existências.

A particularidade das mulheres negras é pontuada por Angela Davis (2016), filósofa feminista estadunidense, ao afirmar que as urgências delas se diferem, em muitos aspectos, das mulheres brancas. Davis sustenta que, historicamente, o conceito de feminilidade, trazido pelo século XIX, representado pela figura de mulheres donas de casa, mães, protetoras, frágeis e submissas a seus maridos, nunca se aplicou à realidade vivenciada pelas mulheres negras. Isso porque as mulheres negras, além de serem responsáveis pelos serviços domésticos,

também exerciam trabalhos braçais idênticos aos desempenhados pelos homens. Esse é um dos fatores responsáveis pela rejeição do tipo ideal de "mulher", que não dá conta de ser representativo da mulher negra.

Diante desses aspectos, IBGE desnuda a realidade de renda no cenário brasileiro, demonstrando a influência do gênero e da raça na definição da classe social. De acordo com o órgão, as mulheres recebem, em média, 23% a menos que os homens e, se forem negras, podem chegar a receber até 57% a menos. Já com relação às pessoas que possuem ensino superior completo, a disparidade é ainda maior: as mulheres com ensino superior recebem em média 39% a menos que os homens brancos, na mesma condição, e as mulheres negras chegam a receber até 59% a menos que eles. Outro agravante é o nível de ocupação: enquanto 89% dos homens se encontram empregados, o nível de ocupação das mulheres brancas correspondia a 54% e das mulheres negras a apenas 49% (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, de acordo com a teórica feminista portuguesa Grada Kilomba (2012), diante de um modelo de sociedade patriarcal, a mulher branca seria o "outro", pois é percebida como inferior, devendo se calar diante do homem branco; por outro lado, em uma sociedade racista e patriarcal, a mulher negra, nesse contexto, se torna o "outro do outro do outro", pois fica abaixo não só do homem branco, mas, também, da mulher branca e do homem negro. É por esse motivo que se incorre na afirmação de dupla, ou até mesmo de uma tripla invisibilidade e violência à qual a mulher negra está submetida, pois é a única que é atacada em três frentes: pelo racismo, pela misoginia e pela pobreza.

Após compreender o *locus* social das mulheres negras, tal como o teor das violências que permeiam a sua existência interseccional, é preciso identificar o lugar que a mulher negra ocupa nos estudos e pesquisas da academia, mais precisamente na pós-graduação, buscando melhor compreender a produção de conhecimento científico acerca de tais agentes.

OS ESTUDOS DA ACADEMIA SOBRE A MULHER NEGRA

A plataforma da CAPES, através do seu Catálogo de Teses e Dissertações, reúne um banco de dados que integra o conhecimento *stricto sensu* produzido em todo o país. De 2013 a 2021, a plataforma registrou um total de 662.689 pesquisas, dentre teses de doutorado e dissertações de mestrado, inerentes às mais diversas áreas do conhecimento e instituições

espalhadas pelo Brasil (BRASIL, 2016). Utilizando-se do banco de dados da CAPES, essa pesquisa realizou um levantamento das produções que abordavam as questões raciais e sobre a mulher negra. Para essa seleção, foram utilizados quatro indicadores: *mulher negra*, *decolonialidade*, *racismo* e *racismo estrutural*. O recorte temporal analisado se deu no intervalo de cinco anos, de 2017 a 2021. Ao final da coleta, foi reunida uma amostra de 2.723 trabalhos, incluindo diversas áreas do conhecimento e programas de pós-graduação de todo o país. Através da análise dos dados, foi possível compreender melhor a produção desses estudos: quais estados, cidades e universidades mais produzem sobre esses indicadores. Também foi possível analisar comparativamente as produções sobre a mulher negra frente às outras categorias selecionadas. Além disso, através da análise do conteúdo textual, identificaram-se os assuntos e as temáticas mais discutidas e abordadas por esses trabalhos.

A princípio, a CAPES aponta que a região do Brasil que mais produz pesquisas *stricto sensu*, de forma geral, é o Sudeste: dele advém mais da metade das produções do Brasil, 50,1% de todas as pesquisas desenvolvidas no país. Os três estados que mais produzem também fazem parte dessa região. Somente São Paulo agrega 25,2% de toda a produção *stricto sensu* brasileira, o equivalente a um quarto de tudo que é produzido no país. Em seguida vem o Rio de Janeiro, que abarca 12,8% das pesquisas e, em terceiro, Minas Gerais, com 10,4% (BRASIL, 2016).

Contudo, esse cenário se modifica quando se analisa a produção *stricto sensu* relacionada às questões étnico-raciais. Frente aos indicadores selecionados (mulher negra, decolonialidade, racismo e racismo estrutural), percebe-se uma mudança entre os estados que mais produzem. Nesse sentido, o Rio de Janeiro toma o primeiro lugar, sendo proveniente dele 19% de todas as pesquisas que abordaram as questões raciais. Logo em seguida, no segundo lugar, está o estado de São Paulo, com 16% e, em terceiro, a Bahia, com 9%. No que diz respeito às cidades, a lógica de produção permanece a mesma dos estados: o Rio de Janeiro lidera com 12% do total, seguido por São Paulo, com 7%, e Salvador, com 5%.

Assim, quando se comparam os dados da produção geral da CAPES com as categorias selecionadas, que refletem as temáticas raciais, percebem-se mudanças substanciais no arranjo das instituições. No que se refere às pesquisas sobre os aspectos raciais, o estado do Rio de Janeiro desponta na liderança, deixando São Paulo na segunda posição, e a Bahia, outrora na 8ª posição do *ranking* geral de produções, desloca-se para o terceiro lugar. Essa realidade

leva ao questionamento: por que os estados do Rio de Janeiro e da Bahia se interessam tanto pelas questões raciais?

Em um recorte das instituições de ensino superior, compreendidas como faculdades, universidades e institutos de pesquisa, a CAPES identificou que, dentre as produções gerais, a Universidade de São Paulo (USP) lidera com folga, produzindo, sozinha, 5,3% de todas as pesquisas *stricto sensu* do país. Logo em seguida vem a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), responsável por 3,4% das produções gerais e, em terceiro lugar, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 3,1% (BRASIL, 2016). Contudo, mais uma vez, há diferenças quando se analisa a produção das instituições acerca das questões étnico-raciais. Nesse sentido, as instituições que mais produziram pesquisas sobre as categorias selecionadas foram: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que ocupa o primeiro lugar, sendo responsável, sozinha, por 3% de todas as produções. Em seguida vem o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro (Cefet/RJ), com 2%, e a USP, também com 2% do total.

Mais uma vez, percebem-se diferenças significativas mediante o contraste das produções de temas gerais com as produções que abordam questões raciais. No *ranking* geral de produções *stricto sensu*, dentre 526 instituições, a USP ocupa o primeiro lugar, com uma produtividade superior às demais, a UFBA é percebida na 12ª posição e o Cefet/RJ aparece somente no 150º lugar. Por outro lado, quando se analisa a produção sobre as questões raciais, a UFBA toma a liderança nacional, seguida pelo Cefet/RJ e só, então, a USP. Essa realidade leva a crer que a UFBA e o Cefet/RJ cultivam interesse singular pela discussão de questões étnico-raciais. Assim sendo, é preciso questionar: qual a relação dessas instituições com tais temáticas? Como estão organizadas as suas políticas de cotas?

Em outra perspectiva, elencando somente as produções que abordam a categoria "mulher negra", identificou-se que, do total de 2.723 trabalhos, uma parcela expressiva discorria sobre essa temática, mais precisamente 41% do total. No que concerne às instituições que mais produzem, a UFBA continua liderando com 3%, mas a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) surge em segundo lugar, em paridade com a USP, ambas com 2%, substituindo, então, o Cefet/RJ.

Diante disso, percebe-se, então, que o Cefet/RJ tem uma produção significativa sobre as questões raciais, todavia, sua produtividade quanto à mulher negra não é tão expressiva.

Por outro lado, com relação à UFMG, ocorre justamente o contrário, sua produção sobre as questões raciais não se encontra entre as maiores do país, mas, em contrapartida, demonstra bastante interesse pela mulher negra. Nessa direção, outra questão pode ser abordada: qual a relação da UFMG com a discussão das mulheres negras?

O estado de São Paulo é um caso à parte, se configura como o polo econômico, tecnológico e científico do Brasil, conforme salientado anteriormente, um quarto de todas as produções *stricto sensu* do país têm como origem o estado paulista. Nesse ínterim, somente a USP é responsável, sozinha, por produzir 5% das pesquisas brasileiras. Mas, apesar de liderar em diversas áreas, São Paulo não ocupa o primeiro lugar quando o assunto é as questões étnico-raciais. Nesse quesito, o interesse dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia suscita maior curiosidade, assim como a atuação da UFBA, do CEFET-RJ e da UFMG.

RIO DE JANEIRO E BAHIA: POLÍTICAS AFIRMATIVAS E QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Os estados do Rio de Janeiro e da Bahia, como visto anteriormente, se destacaram quanto à produção de estudos *stricto sensu* relacionados às questões raciais. Essa realidade convida a se pensar o motivo das universidades desses estados se interessarem tanto por tais pautas. Algumas das possíveis hipóteses para a compreensão desses questionamentos são a adoção das políticas afirmativas e a influência de questões identitárias.

O estado do Rio de Janeiro, segundo o SEMESP (2021), contava, em 2019, com um total de 235 IES. Elas registraram, juntas, cerca de 723 mil matrículas, o equivalente a 8,4% do país. O instituto ainda afirma que, em 2020, do total de matrículas, 60.660, ou 8,3%, eram de pós-graduação *stricto sensu*. Dentre as instituições do estado, percebem-se importantes universidades, como a UFRJ, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com relação às cotas raciais no estado do Rio de Janeiro, a UERJ é conhecida por ser a primeira instituição pública brasileira a adotar a política de cotas raciais, logo em 2003. Sendo assim, o estado do Rio de Janeiro se tornou, também, o pioneiro nesse quesito.

Já o estado da Bahia somava, em seu território, no ano de 2019, um total de 251 IES, que contabilizavam, ao todo, cerca de 449 mil matrículas, o equivalente a 5,2% do país. Dessas matrículas, 8.440, ou 1,8%, eram provenientes da pós-graduação *stricto sensu* (SEMESP, 2021).

Entre as universidades mais reconhecidas do estado, encontra-se a UFBA. No que tange às políticas afirmativas, a UFBA, assim como a UERJ, é identificada como uma das universidades pioneiras na adoção das cotas raciais. É reconhecida, também, como uma das instituições com o maior percentual de estudantes negros do país.

Assim, a adoção de ações afirmativas precedentes, implementadas nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, contribuíram para a diversidade de sujeitos nos ambientes universitários, lugares outrora ocupados, majoritariamente, por pessoas brancas de classe média-alta. Essa realidade ecoa, também, na diversificação das pesquisas acadêmicas, pois trazem novos olhares e horizontes para as produções científicas, contribuindo, de mais uma maneira, para a descolonização da academia.

Em outra perspectiva, é importante apontar a existência de fatores identitários inerentes aos estados da Bahia e do Rio de Janeiro, uma vez que são, respectivamente, os estados com o maior percentual de pessoas que se autodeclaram como pretas. A Bahia, de acordo com o último censo do IBGE, é o estado com a maior proporção de pessoas que se autodeclaram pretas, que representam 17% do total. As pessoas pardas somam 59,5%. Portanto, o percentual de pessoas que se declaram como negras chega a representar quase 80% da população baiana. O Rio de Janeiro vem logo em seguida, com a segunda população mais preta do país: os que se autodeclaram pretos somam 12,1%; os pardos, 39,6%, portanto, os negros, somados, passam dos 50% (IBGE, 2010).

A ferramenta *Google Trends* possibilita identificar a frequência com que as pessoas buscam certos assuntos no Google, tal como as regiões que mais realizam essas pesquisas. Através dela, é possível identificar que o estado brasileiro que mais pesquisou sobre os termos "racismo" e "mulher negra" no Google, desde o ano de 2004, foi a Bahia. Essa realidade coaduna com o fato de a Bahia ser o estado com a população mais negra do país, demonstrando, assim, um interesse da população no que se refere à busca pelo conhecimento de tais temáticas. Portanto, esse fenômeno reforça a existência de questões identitárias na discussão das temáticas étnico-raciais. Contudo, vale ressaltar que apenas a busca pela temática na internet não é garantia concreta da existência de tais relações, mas retrata um movimento de profundo interesse com relação ao "racismo" de certos grupos colocados em evidência. Além disso, a questão dos estados da BA e do RJ, que estão entre os primeiros a

incorporar o sistema de cotas, pode, pelo menos em parte, explicar a causalidade de serem os estados que mais produzem pesquisas *stricto sensu* sobre as questões étnico-raciais.

AS QUESTÕES RACIAIS NA UFBA E NO CEFET/RJ

Apesar de não se encontrarem entre as universidades que mais produzem pesquisas *stricto sensu* relacionadas a assuntos gerais, a UFBA e o Cefet/RJ se destacam na produção de pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais. Esse fato curioso suscita a busca por possíveis explicações para tal interesse, analisando, especialmente, sua política de cotas e seus programas de pós-graduação.

Nesse sentido, a UFBA foi identificada como a instituição que mais produz acerca das questões raciais e sobre a mulher negra. A história da universidade tem início em 1808, junto com a chegada da família real ao Brasil, quando foi sede do primeiro curso universitário do país. Atualmente, a universidade conta com 32 unidades, entre faculdades, escolas e institutos de pesquisa (BRASIL; UFBA, 2023). Com relação às pesquisas sobre questões étnico-raciais, se identificou que muitos programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade, desde a saúde até as sociais e humanas, se interessavam por tais aspectos.

No que diz respeito à política de cotas, a UFBA afirma que, há 18 anos, segue esses preceitos, sendo, portanto, uma das instituições pioneiras na adoção de tais políticas. Atualmente, cerca de 45% de suas vagas são destinadas às políticas afirmativas. A universidade acredita que a adoção precoce de tais políticas, antes mesmo da sua obrigatoriedade, refletiu na composição étnica de seus estudantes: em 2018, 75,6% dos discentes da UFBA se declarava pretos e pardos, o que equivale a mais da metade da média nacional. A universidade estima, ainda, que 62% dos seus alunos sejam mulheres (BRASIL; UFBA, 2023).

Já o Cefet/RJ, identificado como a segunda instituição que mais produz pesquisas *stricto sensu* relacionadas às questões étnico-raciais, foi fundado em 1917, com nome de Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. Hoje, é uma instituição federal que atua no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Sua sede se encontra na capital do Rio de Janeiro e conta com sete outros centros educacionais e de pesquisa descentralizados (Uneds), espalhados pelas mesorregiões do estado (BRASIL; CEFET-RJ, 2023). Em 2023, o Cefet/RJ

possuía nove programas de pós-graduação *stricto sensu*; dentre eles, o Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) chamou a atenção desta pesquisa, pois foi identificado que uma grande produtividade partia dele. O PPRER salienta que grande parte do seu êxito se deve ao respeito à política de cotas:

O PPRER abriu a sua primeira turma em 2011, já implementando cotas raciais no processo de seleção discente. Em 2014, o programa expandiu o percentual de reserva de vagas para candidatos cotistas de 30 para 50%, por compreender que, para ser coerente com a temática que discute e com o conhecimento que produz, o programa deve pautar-se em garantir paridade com os dados do IBGE (2013), nos quais o percentual de população autodeclarada negra no Brasil é de 53% (BRASIL; CEFET-RJ, 2023).

A política de cotas ampliadas adotada pelo PPRER refletiu no perfil do corpo discente do programa. Dos alunos matriculados em 2019, 94% se autodeclararam como negros; além disso, 60% se identificaram como mulheres negras. Segundo o programa, esses indicadores se mostram positivos, uma vez que contribuem para a coloração da academia: "[...]seu corpo discente subverte os números corriqueiramente associados ao cenário da pós-graduação brasileira - no qual boa parte dos programas são constituídos, majoritariamente, por homens brancos de classe média" (BRASIL; CEFET-RJ, 2023).

Como pode-se notar, as políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais, cumprem um papel relevante na manutenção das pesquisas relacionadas às questões raciais. Essa realidade leva a crer, mais uma vez, na existência de questões identitárias associadas ao interesse em pesquisa.

A UFMG E AS MULHERES NEGRAS

A UFMG, apesar de não se encontrar entre a tríade de universidades que mais produz pesquisas *stricto sensu* de forma geral, ganha destaque entre as que mais se interessam pela temática da mulher negra. Nesse sentido, a Universidade de Minas Gerais ocupa a segunda posição, atrás somente da UFBA. Diante disso é importante investigar a relação que a universidade possui com essa linha de pesquisa, bem como o arranjo de sua política de cotas.

Criada em 1927, a UFMG é considerada uma das maiores e mais bem avaliadas universidades do país, com nota máxima no conceito do Ministério da Educação (MEC). A UFMG conta com um total de 860 núcleos de pesquisa, concentrados na capital de Minas Gerais e

espalhados pelo estado. Possui 91 cursos de graduação e 90 programas de pós-graduação, que integram cerca de 44.672 estudantes, dos quais 24% são de pós-graduação *stricto sensu* (UFMG, 2023). Analisando os dados levantados, observou-se que o Programa de Pós-graduação em Psicologia foi o que produziu o maior número de trabalhos em relação à temática da mulher negra, 22,2% das produções, seguido pela Educação, com 19,5%.

No que tange às ações afirmativas, a UFMG institucionalizou tais políticas em 2013, sendo que grande parte disso se deve aos esforços da professora Nilma Lino Gomes, mulher negra que desempenhou papel fundamental na luta por tais políticas. As cotas raciais surtiram efeitos expressivos na universidade: se em 2003 apenas 22% dos alunos se declaravam negros, em 2016 esse número saltou para 58,74%. Nesse sentido, pesquisadores da universidade percebem que a mudança no perfil dos estudantes, além de ser positiva para a diversificação étnica da universidade, também contribuiu para diversificação da produção científica: “[...]a ampliação e a diversificação do perfil, que vêm junto com a diversificação de temas e de histórias de vida, são realidade na UFMG e ajuda a mudar a cara da Universidade” (UFMG, 2023). Portanto, a implementação de políticas para igualdade racial, na UFMG, se configura, indubitavelmente, como uma possível explicação para a visibilidade da instituição no cenário analisado.

QUESTÕES IDENTITÁRIAS: A INFLUÊNCIA DO LUGAR DE FALA E DA ESCREVIVÊNCIA

Os casos investigados, tanto do estado do Rio de Janeiro e da Bahia, como das universidades UFBA, Cefet/RJ e UFMG, revelam uma forte influência identitária dos pesquisadores e pesquisadoras no que se refere ao seu interesse em pesquisa, essencialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados à raça/cor e ao gênero. Tal realidade leva a se acreditar na influência de fenômenos como o *lugar de fala*, analisado por Ribeiro (2017), e a *escrevivência*, suscitado por Evaristo (2005). Ou seja, os pesquisadores e pesquisadoras pesquisam/investigam aquilo que atravessa a sua identidade? Se interessam pelo que os incomoda em seu cotidiano?

A expressão *lugar de fala*, apesar de ter surgido do pensamento feminista, não se restringe à elucidação apenas de questões de gênero. Lugar de fala é um conceito criado para dar voz a grupos silenciados, impedidos de falar sobre suas vivências e seus sofrimentos.

Para Ribeiro (2017, p. 50), "pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia".

Partilhando dessa perspectiva, Evaristo (2005) acredita que a escrita de grupos subalternos, em especial as mulheres negras, se encontra muito atrelada a sua biografia, ou seja, reflete as suas histórias de vida, seus desafios e sofrimentos. Esse fenômeno é identificado pela autora naquilo que denominou de *escrevivência*, as experiências de vida refletidas conscientemente na escrita:

Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra. [...] Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo (EVARISTO, 2005).

Por outro lado, alguns podem afirmar que, academicamente, as vivências de tais indivíduos contrariam, naturalmente, a impessoalidade do "fazer científico". Contudo, segundo Ribeiro (2017), o lugar de fala não está relacionado às experiências de *indivíduos*, pelo contrário, reflete as experiências de *grupos de indivíduos*. Grupos esses que, na maioria das vezes, encontram dificuldade em acessar a sua cidadania por conta de sua realidade social. Portanto, lugar de fala não é um local individual, mas um *locus* coletivo. São vivências, experiências e histórias de vida que refletem opressões estruturais, se configurando, portanto, como epistemologias que têm a sua validade.

Nesse sentido, Conceição Evaristo (2005) interpela: "é preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?" Diante disso, a autora compreende que ela, assim como diversas outras feministas negras, tem os seus escritos e suas reflexões teóricas marcadas não só pelas suas histórias de vida, mas também pelas histórias de suas ancestrais: bisavós, avós, tias e mães. Então, pode-se dizer que a inserção de sujeitos negros na academia tenciona o debate de categorias como raça, etnia, racismo, decolonialidade, bem como as questões da mulher negra? Pelas discussões, tudo indica que a identidade do sujeito-pesquisador exerce, sim, influência nas suas inquietações dentro da academia, contudo, seria categórico demais tomar isso como uma verdade absoluta.

ANÁLISE DE CONTEÚDO: SOBRE O QUE AS PESQUISAS ESTÃO DISCUTINDO?

	Termos mais citados	Nº de pesquisas	(%)	Nº citações
1º	pesquisa	1.857	68,2%	3.853
2º	Brasil	1.514	55,6%	1.713
3º	racismo	1.443	53%	3.489
4º	análise	1.386	50,9%	2.167
5º	objetivo	1.383	50,8%	1.382
6º	estudo	1.361	50%	1.853
7º	negra/negras	1.233	45,3%	4.425
8º	negro/negros	1.089	40%	2.462
9º	social/sociais	1.086	39,9%	3.454
10º	mulher/mulheres	933	34,3%	4.100
11º	relações	816	30%	1.585
12º	racial/raciais	792	29,1%	2.904
13º	educação	675	24,8%	2.229
74º	decolonialidade/decolonial	155	5,7%	1.603
269º	racismo estrutural	41	1,5%	246

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CAPES, 2023.

Através da nuvem e da tabela, observa-se a existência de alguns termos que remetem à análise científica, como: "pesquisa", "objetivo", "estudo" e "análise". Por outro lado, identificam-se termos que refletem as temáticas mais mencionadas, como é o caso de "racismo", que aborda a desigualdade, a intolerância e a discriminação baseadas na raça; "social", suscitando problemáticas conjunturais e coletivas; "mulheres" e "negras", remetendo a uma discussão das questões raciais associadas às problemáticas de gênero; "negro" e "racial", que apontam para as questões étnicas e identitárias relacionadas à negritude; "educação", que pontua o debate sobre questões étnico-raciais em instituições de ensino, envolvendo, portanto, a pedagogia; e "Brasil", que delimita o cenário de análise dessas pesquisas. Além disso, pode-se observar, na Figura 1, uma série de outros temas, como: política, direitos, gênero, violência, jovens, história, ensino, universidade e saúde.

Das categorias selecionadas previamente, identificou-se que *mulher negra e racismo* foram citados com frequência nos estudos, contudo, *decolonialidade e racismo estrutural* não foram mencionados com tanta regularidade, estando presentes em apenas 5,7% e 1,5%, respectivamente, das produções.

Além disso, foi possível identificar os "links" entre as palavras (Figura 2). Esse emaranhado de palavras demonstra a relação de proximidade de um termo com outro dentro do texto. Sendo assim, pode-se identificar de quais termos, usualmente, uma palavra vem acompanhada quando ela é citada nos títulos e nos resumos das pesquisas.

	Termos mais citados	Nº de pesquisas	(%)	Nº de citações
1º	mulher/mulheres	918	82,2%	3.818
2º	pesquisa	722	64,7%	1.386
3º	negra/negras	676	60,6%	2.905
4º	social/sociais	642	57,5%	1.364
5º	estudo	570	51%	804
6º	objetivo	559	50%	545
7º	vida	544	48,7%	536
8º	análise	540	48,4%	849
9º	racismo	406	36,4%	831
10º	gênero	391	35%	839
11º	raça	332	29,7%	528
12º	violência	201	18%	587
13º	saúde	153	13,7%	702
74º	decolonialidade/decolonial	9	0,8%	25
531º	racismo estrutural	2	0,1%	5

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CAPES, 2023.

Outro fato que chama a atenção quando se observam os estudos sobre a mulher negra é o surgimento de categorias como “história de vida” e “trajetórias”. A utilização dessas categorias reforça a abordagem, pelas pesquisas da mulher negra, de fenômenos como *lugar de fala e escrevivência*, ou seja, a reflexão sobre as histórias e trajetórias de tais mulheres e de suas antepassadas.

Por esse ângulo, alguns podem tentar explicar o forte teor identitário percebido nessas pesquisas, especialmente a majoritária escrita feminina, por meio do conceito de “sororidade”, que propõe a “irmandade” para o enfrentamento das opressões do sistema patriarcal, partindo do preceito de que “a união faz a força”. Contudo, o feminismo negro não compreende tais questões dessa maneira. Vilma Piedade (2017), por exemplo, desafia o conceito de sororidade, pois acredita ser uma ideia que se aplica ao feminismo branco e classista; para a autora, a sororidade não dá conta de explicar a pretitude. Assim, contrariando essa noção, a autora defende que o que une as mulheres negras para o enfrentamento das opressões não é a aproximação por “laços de gênero”, não é a irmandade; nesse caso, a união se dá pelo compartilhamento da mesma dor. Essa dor não é provocada apenas pelo peso do machismo e do sexismo, mas é perpetrada também pelos ataques à cor da pele, pelas cicatrizes deixadas pela escravidão e pelo convívio diário com insultos racistas. Piedade (2017) propõe, dessa forma, para as mulheres negras, o conceito de *dororidade*, em oposição à sororidade branca:

Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóror-irmãs. Dororidade, vem de Dor, palavra-sofrimento[...] Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta (PIEADA, 2017, p. 16-17).

Piedade (2017), ao criar tal conceito, entende que o sofrimento e as urgências das mulheres negras diferem, muitas vezes, das mulheres brancas. Isso é visto quando se percebe que é um tipo específico de mulher que lidera os altos números de feminicídio, homicídio, estupro, violência doméstica e obstétrica, que recebe os menores salários e que está submetida aos empregos mais precários; enfim, quem ocupa os índices de maior vulnerabilidade entre as mulheres, são as mulheres negras. Portanto, pode-se afirmar que há um espírito de luta conjunta, não por laços de gênero, mas por partilharem da mesma dor, provocada pelo sistema patriarcal e pelo racismo estrutural.

CONCLUSÃO

O ambiente acadêmico é marcado pelo ensino, pesquisa e extensão, os quais abarcam inúmeras discussões técnicas, teóricas e metodológicas fundamentais para se atender as demandas da sociedade, ajudando, inclusive, a se pensar o próprio social. Através dos dados apresentados e das análises desenvolvidas, foi possível compreender a produção *stricto sensu* de maneira geral no Brasil, principalmente, a produtividade acerca das questões étnico-raciais e sobre a mulher negra.

Nesse sentido, pôde-se perceber que o estado de São Paulo lidera no cenário nacional em termos de produção geral, produzindo, sozinho, cerca de 25% das pesquisas brasileiras. Contudo, essa relação muda quando se analisa as pesquisas referentes a categorias como *racismo*, *racismo estrutural*, *mulher negra* e *decolonialidade*, uma vez que o estado do Rio de Janeiro assume a liderança nacional, relegando SP à segunda posição, e a Bahia ao terceiro lugar. Esse fenômeno também ocorre nas universidades: se a USP ocupa uma liderança isolada no *ranking* de pesquisas *stricto sensu* de forma geral, quando se analisa a produtividade sobre as questões raciais, a UFBA é quem toma a liderança nacional, seguida pelo CEFET-RJ e, só então, a USP. Por outro lado, analisando-se isoladamente as pesquisas que abordavam a temática da "mulher negra", nota-se que a UFMG ganha destaque, ficando atrás somente da UFBA, e à frente, até mesmo, da USP.

Muitas das IES identificadas, como é o caso da UFBA, do CEFET-RJ e da UFMG, se sobressaíram na produção de pautas sobre temáticas étnico-raciais e relacionadas à mulher negra, suscitando curiosidade sobre essa motivação. Uma das hipóteses levantadas foi a influência de fatores identitários, tendo em vista, principalmente, o surgimento e a ampliação das políticas de cotas. Isso porque todas as universidades analisadas contavam com significativas ações afirmativas, que refletiram em um corpo estudantil diversificado, com um grande percentual de mulheres e pessoas que se autoidentificam como pretas e pardas (negros). Nesse sentido, é importante salientar a força de categorias como *lugar de fala* e *escrevivência*, que demarca a influência do *locus* social nesses estudos, ou seja, a existência de questões identitárias que suscitam o espírito investigativo dos pesquisadores.

Em outra perspectiva, notou-se que uma parcela representativa das produções discorria sobre a temática da mulher negra, mais precisamente 41% da amostra reunida. Além disso, analisando o conteúdo textual, percebeu-se que os assuntos abordados com frequência eram: racismo, educação, saúde, vida e violência. Por outro lado, houve a mobilização de conceitos e categorias como *raça, gênero, sociais, racismo estrutural e institucional*. Também foi possível identificar que o campo de análise dessas pesquisas se dava, essencialmente, no Brasil e que a maior parte delas trazia uma abordagem qualitativa.

Diante disso, conclui-se que os estudos sobre as mulheres negras, apesar de ocuparem uma parcela representativa da amostra levantada, ainda são uma parte ínfima quando se tem em vista os mais de 600 mil trabalhos *stricto sensu* reunidos pela CAPES desde 2013, encontrando-se, portanto, distante do número ideal de produções. Outro fato relevante suscitado por este estudo é a influência de questões identitárias, essencialmente no que diz respeito à identidade racial e de gênero dos pesquisadores(as), isso porque se identificou que tanto os estados como as universidades e os programas de pós-graduação que mais produziram acerca das categorias selecionadas, contavam com uma prevalência de pessoas que se autoidentificaram como negras, bem como de mulheres. Essa realidade leva a se pensar que grande parte dos indivíduos que procuram compreender as questões raciais e sobre as mulheres negras são os próprios negros e as mulheres.

Portanto, conclui-se que a presença de pessoas negras na academia, especialmente de mulheres negras, contribui, sumariamente, para a pesquisa acerca das desigualdades étnico-raciais e de gênero. Contudo, é importante salientar que a pesquisa acerca de questões raciais

e de gênero não deve ser de interesse apenas dos negros e das mulheres, pelo contrário, todo pesquisador tem o dever de realizar, em suas investigações, especialmente aquelas com impacto social, recortes que abarcam, pelo menos, questões de raça, classe e gênero, categorias indispensáveis para melhor se compreender as desigualdades.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.
- ALMEIDA, SILVIO. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaia, 2020. 264 p.
- BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 519 p.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 11^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 160 p.
- BRASIL. CAPES: catálogo de teses e dissertações [online]. 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASIL. Censo da Educação Superior 2019. Brasília: INEP, 2020 [online]. Disponível em: Censo da Educação Superior – Inep (www.gov.br). Acesso em: 25 out. de 2022.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República [online], 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out de 2022.
- BRASIL. IBGE– PNAD Contínua. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. IBGE. População residente por cor ou raça e religião. SIDRA, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2094#/n1/all/n2/all/n3/all/v/1000093/p/last%201/c86/allxt/c133/0/d/v1000093%201/l/v,p+c86,t+c133/resultado>. Acesso em: 22 maio 2023.
- BRASIL; CEFET-RJ. Portal Cefet-RJ. Ministério da Educação [online]. 2023. Disponível em: <http://www.cefet-rj.br>. Acesso em: 11 maio 2023.
- BRASIL; UFBA. Portal UFBA. Ministério da Educação [online]. 2023. Disponível em: <https://www.ufba.br>. Acesso em: 12 maio 2023.
- CLARIVATE ANALYTICS. A Pesquisa no Brasil: Promovendo a excelência. Web of Science Group, 2019. Disponível em: https://discover.clarivate.com/Research_Excellence_Awards_Brazil_Download. Acesso em 25 out. 2022.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016. 262 p.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Lafonte, 2017. 222 p.

EVARISTO, Conceição. Da grafia–desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita. *Nossa Escrevivência*, 2003 [online]. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/search?q=da+grafia+desenho>. Acesso em: 18 maio 2023.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008. 194 p.

GOOGLE. Google Trends [online]. 2023. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/>. Acesso em: 25 maio 2023.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 283 p.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2012.

MINAYO, Maria; SANCHES, Odécio. Quantitativo–Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, p. 237–248, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 20 out. 2022.

PIEPADE, Vilma. *Doloridade*. São Paulo: Editora Nós, 2017. 64 p.

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. 112 p.

SCOTT, Joan. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989.

SEMESP. Semesp. 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br>. Acesso em: 21 maio 2023.

UFMG. Portal UFMG [online]. 2023. Disponível em: <https://ufmg.br>. Acesso em: 2 maio 2023.

VOYANT DATA TOOLS. *Voyant: see through your text* [online]. 2023. Disponível em: <https://voyant-tools.org>. Acesso em: mar. de 2023.